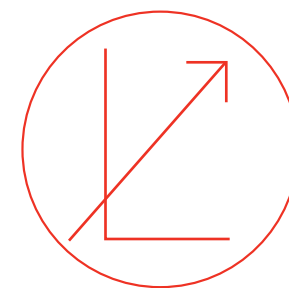


EPHEMERA

BIBLIOTECA
E ARQUIVO DE
JOSÉ PACHECO PEREIRA



UMA NOVA
CONCEPÇÃO
DE LUTA

E P H E M E R A | 5

UMA NOVA
CONCEPÇÃO DE

LISBOA

MATERIAIS PARA
A HISTÓRIA DA LUAR
E DA RESISTÊNCIA ARMADA
EM PORTUGAL

FERNANDO
PEREIRA MARQUES

PREFÁCIO
JOSÉ PACHECO PEREIRA

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X V I

EPHEMERA

© 2016, Fernando Pereira Marques
e Edições Tinta-da-china, Lda.

Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 217269028/29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

*Título: Uma Nova Conceção de Luta:
Materiais para a história da LUAR
e da resistência armada em Portugal*
Autor: Fernando Pereira Marques
Prefácio: José Pacheco Pereira
Coordenador da coleção: José Pacheco Pereira

Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Setembro de 2016
ISBN: 978-989-671-332-4
Depósito legal: 414034/16

ÍNDICE

Prefácio	9
<i>por José Pacheco Pereira</i>	
Nota prévia	15
Introdução	17
A RESISTÊNCIA ARMADA À DITADURA	
A resistência armada	33
«Impaciência e Desespero da Pequena-Burguesia»	63
UMA ORGANIZAÇÃO DIFERENTE	
A ideologia	69
A dimensão organizativa	83
A prática	89
Conclusão	207
Anexos	211
Notas	261
Bibliografia	281

PREFÁCIO

O título deste livro chama a atenção, citando um documento da própria organização, para o facto de que LUAR (Liga de União e de Acção Revolucionária) tinha «uma nova concepção de luta». Na verdade, a LUAR é uma organização muito *sui generis* no contexto da resistência ao regime da ditadura e, em particular, no quadro da resistência armada e na realização de acções e operações – como assaltos a bancos, ocupações de consulados, sabotagem de recursos usados na guerra colonial e formação militar para preparação e tentativas de operações de guerrilha. Houve quem quisesse moldá-la ao modelo marxista-leninista e quem a desejasse como braço armado do PS, mas a LUAR chegou ao 25 de Abril – nas cadeias, nos meios estudantis e na emigração operária – sem perder essa nova concepção de luta difícil de domar.

No plano político, a LUAR representava nos anos 60 e 70 a tradição de uma cultura de acção que herdou de Delgado e Galvão, que não descansavam um só dia sem pensarem no que podiam fazer para garantir o derrube violento do regime salazarista, sem outra preocupação com o enquadramento político das suas acções que não fosse o da Oposição, que queriam consequente, a um regime iníquo.

Mas a história da LUAR mostra também como de uma cultura de acção se vai passando para uma cultura política da acção (processo no qual Fernando Pereira Marques tem um papel importante). É natural que assim fosse porque o contexto ideológico em que se moviam organizações que privilegiavam a acção directa se tinha politizado muito

consideravelmente pela experiência combinada das revoluções argelina e cubana, dos movimentos guerrilheiros por todo o mundo, com destaque para os que combatiam o colonialismo português, pelas questões relativas à guerra e à paz, e ao papel da violência revolucionária na cisão do comunismo mundial. A LUAR, que no seu núcleo contava com um conjunto de pessoas que tinham dedicado a vida à luta armada, como era o caso de Hermínio da Palma Inácio, recrutava agora nos meios estudantis e na emigração portuguesa na Europa, e isso implicava outras exigências políticas. Neste livro, uma parte relevante dessa história e do seu contexto — pessoal, de grupo e colectivo — fica aqui registada com o detalhe que só o testemunho pessoal e a experiência de historiador permitem.

Este livro representa também uma homenagem a Hermínio da Palma Inácio e, através dele, aos seus companheiros, homens corajosos e determinados para quem a longa sobrevivência do regime era uma afronta e um incentivo à acção. Como acontece sempre com acções humanas, demasiado humanas quando são feitas num ambiente de risco, e até de risco de vida, também esta não foi linear: compreendeu actos altruístas e egoístas, erros de julgamento e malfeitorias pessoais, mas existia um sentido global para essa acção, e esse sentido foi parte integrante da resistência ao salazarismo.

Poucas pessoas podiam contribuir tanto para a história da LUAR e para a preservação da sua memória como Fernando Pereira Marques. Militante da LUAR, participou na tentativa de tomada da cidade da Covilhã, em Agosto de 1968, chefiada por Hermínio da Palma Inácio, na sequência da qual foi preso pela PIDE. Foi também director do jornal da LUAR, *Fronteira*. Neste livro, ele combina o testemunho pessoal e os depoimentos de muitos dos seus companheiros da LUAR com uma abundante documentação e com a sua experiência enquanto historiador, capaz de usar as metodologias da história do «tempo presente» com a consciência de estar a contribuir para a história da LUAR e não a escrever uma história da organização. É demasiado modesto quanto ao valor desse contributo, mas isso faz parte do *ethos* da sua geração.

Este volume faz parte da Colecção Ephemera, que divulga os materiais existentes no meu arquivo pessoal (ainda que seja certamente o mais público dos arquivos pessoais...). Embora utilize materiais que já existiam no arquivo, provindos de outras origens, não deixa por isso de ser uma excepção à regra que temos seguido na colecção de usar apenas materiais já existentes, já que, neste caso, a publicação coincidiu com a oferta de documentos relacionados com a LUAR pela parte do autor. Trata-se de uma contribuição muito importante que enriquece o espólio existente sobre a organização e que inclui material inédito relativo a operações da LUAR — como «informações» da PIDE — e sobre o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz em 1967. Entre os documentos que entraram no arquivo durante o processo editorial encontra-se um espólio pessoal de Hermínio da Palma Inácio, incluindo os seus documentos — alguns falsificados (bilhetes de identidade, passaportes, licenças de voo de vários países, caderneta militar) —, manuscritos, panfletos da LUAR, documentos internos, panfletos de organizações de solidariedade com os presos políticos da LUAR, originais de abaixo-assinados (com assinaturas como as de Claude Lanzmann, autor de *Shoah*, e de Peter Weiss, autor de *Canto do Fantoche Lusitano*), cartazes, fotografias, recortes e um pequeno espólio do jornal *Fronteira* em França e na Bélgica.

Agradeço ao Fernando Pereira Marques estas ofertas, bem como a qualidade do seu livro que muito honrará a colecção, e cujo produto final é mérito da Tinta-da-china e dos seus colaboradores.

José Pacheco Pereira

«Quando o governo viola os direitos do Povo, a insurreição é, para o Povo, e para cada fracção do Povo, o direito mais sagrado e o dever mais indispensável.»

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
admitidos pela Convenção Nacional de 1793

«A revolução absoluta pressupunha efectivamente a absoluta plasticidade da natureza humana; a sua possível redução ao estado de força histórica.

Mas a revolta é, no homem, a oposição a ser tratado como uma coisa e a ser reduzido à simples história. É a afirmação de uma natureza comum a todos os homens, a qual escapa ao mundo do poder.»

Albert Camus, *O Homem Revoltado*

NOTA PRÉVIA

Em memória dos muitos companheiros entretanto desaparecidos, que personificarei na figura de Hermínio da Palma Inácio, e sobretudo dos que não chegaram a ver «O dia inicial inteiro e limpo» de que fala Sophia de Mello Breyner: o Daniel de Sousa Teixeira, que morreu em Caxias, na cela ao lado da minha, e o Carlos Curto («Luís») — pertencia às Brigadas Revolucionárias e foi morto em acção —, que numa tarde de sol deixei, pela última vez, nos Restauradores, depois de termos falado sobre a Revolução a fazer, à volta de uma bica no Café Lisboa.

Em memória dos advogados Mário Cal Brandão, que me defendeu e acompanhou durante todo o processo, e Vítor Wengorovius, que me apoiou na prisão — sempre *pro bono*.

Os meus agradecimentos a todos os que me ajudaram neste trabalho: Alberto Curado («Zorba»), António Manuel do Couto da Palma («Tomané») e Isabel (sua mulher), Armando Ribeiro («Comandante»), Ernesto Pereira, Fernando Branco, Joaquim Alberto Simões, Rafael Galego, Rui Pereira («Doc»).

Os documentos incluídos nas páginas 102, 106 e 136-138 são da colecção de José Hipólito Santos. O Adolfo Maria, o António Ribeiro da Cruz, a Elyane Borowski, o José Silva Graça, o Mário Moutinho, a Maria Inácia Rezola, o Friedrich-Karl von Wedel-Parlow e a Associação Tchiveka de Documentação (Luanda) também contribuíram para eliminar dúvidas. O Reinhard Naumann fez a tradução do alemão.

Por fim, este livro não existiria sem o incentivo e o apoio de José Pacheco Pereira, assim como da Rita Matos e dos demais competentes profissionais da Tinta-da-china.

Qualquer erro ou omissão é da minha exclusiva responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Como fica claro no subtítulo, não se pretende com este trabalho fazer a «história» da LUAR — muito menos da resistência armada em Portugal — mas apenas reunir materiais, devidamente comentados e enquadrados, que possam ajudar quem pretenda proceder a essa tarefa, no contexto mais amplo do estudo e da compreensão do que foi a luta contra o Estado Novo e pela Democracia no nosso país.

Fazer a história de acontecimentos recentes levanta questões de método particulares e, se se quiser ser rigoroso, não se deveria chamar-lhe «contemporânea» mas, como fazem os franceses, história do «tempo presente». Ainda por cima se o objecto de estudo é uma organização clandestina, actuando num país em que liberdades e garantias fundamentais eram negadas ou estavam condicionadas através dos instrumentos típicos de regimes autoritários/totalitários: a censura, a polícia e uma justiça subordinada ao poder político.

Se aludi aos franceses é porque, por razões que adiante se compreenderão, mais as que também estão associadas à minha formação académica, tenho-me debruçado, muito particularmente, sobre o longo debate que em França decorre, desde os anos 40 do século passado, em torno dessas questões.

Porquê do «tempo presente»? Como é sabido, se utilizarmos a convenção de divisão da história em «idades» ou «épocas», considera-se que a contemporaneidade principiou com a Revolução Francesa. Ora, se em relação aos séculos XVIII e XIX, numa perspectiva académica, já é

possível estabelecer uma distância considerada epistemologicamente necessária, claro que o mesmo não acontece com factos que se reportam à Segunda Guerra Mundial. Todavia, ainda esta não tinha terminado quando — e reporto-me exclusivamente a França — se começou de uma maneira organizada e institucional a procurar registar e fixar em livro, e noutros suportes, o que foram os eventos dramáticos, traumáticos e complexos da ocupação alemã, da colaboração com o ocupante, do regime de Vichy e da Resistência.

Desde logo — e ainda hoje este debate não está encerrado — houve que definir o que se entendia por «resistência». Tal não impediu que, além da compilação organizada de acervos documentais, se ouvissem os actores dos acontecimentos, os quais, em certos casos e de forma individual, tomaram eles próprios a iniciativa de publicar e divulgar os seus testemunhos.

Grosso modo, e simplificando muito, poderemos distinguir três planos em que esse trabalho de memória decorreu: o primeiro, organizado e suportado pelo Estado e pelo poder político — nacional e local — que acabava por ter um intenção legitimadora e por vezes hagiográfica da nova situação nascida da Libertação, onde se destacava a figura de Charles de Gaulle (o que não significa que não houvesse rigor e seriedade assegurados por historiadores como Henri Michel ou Lucien Febvre); o segundo, como já se disse, consistia nos testemunhos, memórias, depoimentos de actores individuais ou colectivos — organizações, partidos, correntes ideológicas; finalmente, o plano propriamente dito da academia que, aliás, levou tempo a aceitar teses com temas que se reportavam a um período tão recente.

Desde então, diversas fases se observaram na evolução desse trabalho de memória que, gradualmente, se tornou investigação centrada na universidade. Isto sem prejuízo de se manter uma produção escrita na primeira pessoa e, mais recentemente, conforme se vai impondo a lei da vida, até o desejo de descendentes em procurar uma identidade ou a identidade de familiares por vezes desaparecidos sob as balas do inimigo ou nos campos de concentração.

Posto isto, desde o início, no debate que se estabeleceu, foi-se muito além das simples questões de método, levantando-se interrogações com outras implicações, do género: são fidedignos os relatos/testemunhos/memórias dos actores, dos protagonistas, ou dever-se-á privilegiar os documentos? Deve-se esperar que o tempo decante os factos, as paixões, as emoções — deixando criar a tal «distância» epistemológica?

Lucien Febvre — não obstante ser um homem dos *Annales*, que privilegiavam a investigação em períodos longos — respondia, em 1954, que os historiadores do futuro diriam sobre esses tempos o que lhes fosse possível dizer:

Como homens do ano 2000, vivendo no clima do ano 2000, impregnados do espírito e das necessidades do ano 2000. Razão porque nós, os homens de 1950 (que foram também os de 1940 e, alguns, os homens de 1920), devemos facultar-lhes, com toda a honestidade, a nossa versão dos acontecimentos que, evidentemente, eles interpretarão de forma diferente da nossa.¹

Isto é, o tempo decorrido não contribui forçosamente para que aqueles que tratam os acontecimentos já como passado os possam ver mais claramente, pelo que poderão ou deverão ser ajudados recorrendo ao olhar e à leitura dos coetâneos e aos actores desses mesmos acontecimentos.

Curiosamente, este debate, e o não menos vivo sobre o lugar a ocupar pelos documentos face às versões dos actores, reacender-se-ia nos anos 80 quando Jean Moulin² foi posto em causa, acusado de ser um criptocomunista — ou mesmo comunista — por um destacado dirigente de um dos principais movimentos da Resistência — Henri Frenay, do Combat. Saindo à liça na defesa do seu *patron*, o antigo secretário e companheiro de combate clandestino, Daniel Cordier — que até aí não tivera a preocupação de escrever sobre o que ele próprio vivera³ —,

recorrendo ao seu arquivo pessoal e a outros arquivos, decidiu iniciar uma investigação de grande fôlego de onde sairiam várias obras. Inclusive uma sobre essa questão metodológica: que lugar dar aos testemunhos e aos documentos e até que ponto se deverá, ou não, privilegiar uns em detrimento de outros⁴?

Mas onde quero chegar ao evocar tudo isto? Fundamentalmente para dizer que, todas as diferenças consideradas (e são muitas e profundas), nos deparamos perante semelhantes interrogações, dúvidas, questões, quando se trata de fazer a história da luta contra o regime derrubado a 25 de Abril de 1974. O que, no essencial, acontece igualmente ao fazerem-se as histórias de outros regimes autoritários/totalitários, mais ou menos breves ou prolongados.

Tal como aconteceu em França, também entre nós começa, logo à partida, por não ser unânime a designação a dar ao combate ao Estado Novo. O discurso predominante, oral ou que tem sido publicado sob formas diversas — do jornalístico ao historiográfico, passando pelo testemunhal/autobiográfico — normalmente fala de «Oposição» e raramente de «resistência»⁵. O que não deixa de ser despidendo e de ter consequências a vários níveis. Efectivamente, o que se viveu em França, que tomo aqui como referência, e que genericamente se chama «resistência», inseriu-se num contexto de guerra e de ocupação estrangeira, e durou um período relativamente curto (cerca de quatro anos). Ou seja, foi algo de extremo, de excepcional, de marcante, mas breve em termos históricos.

Em Portugal, do início da ditadura militar, em 1926, ao final do Estado Novo, em 1974, decorreram 48 anos. Quer isto dizer que foi num regime assente na privação de liberdades, de direitos e de garantias democráticas e de partido único que se formaram, viveram e morreram gerações. Era a «Situação», contra a qual existia uma «Oposição» que, passados os primeiros anos de conflitos abertos e violentos de carácter armado, se tornou uma espécie de elemento de normalidade dentro da anormalidade. Anormalidade ditatorial em contraste com a

Europa democrática além-Pirenéus, para não falar de outras regiões do mundo. A «Situação» e a «Oposição» começaram a ganhar outras características com o início do fim do Império na década de 60 — voltaremos a isto.

Esta longevidade da ditadura — primeiro militar e depois salazarista —, com o seu prolongamento marcelista — a tal «normalidade» —, contribuiria, a dada altura, para a banalização das diversas forças oposicionistas sempre minoritárias numa sociedade atrofiada, despolitizada. Contrariamente ao que por vezes se pretende dar a entender, o poder demonstrou uma enorme eficácia de *dominação totalitária* (não cabe aqui fundamentar esta afirmação e este qualificativo), para a qual contribuíram instituições como as Forças Armadas e a Igreja.

Percebe-se, assim, que após as primeiras semanas eufóricas logo a seguir ao 25 de Abril, marcadas pelo regresso dos exilados mais conhecidos do antifascismo, como Álvaro Cunhal e Mário Soares, e não obstante a radicalização dos conflitos e dos alinhamentos ideológicos no chamado PREC, não tenha havido uma verdadeira acção de responsabilização dos principais suportes do regime deposto, no que se refere a crimes, como o assassinato de Humberto Delgado e muitos outros atentados aos direitos humanos (incluindo nas colónias). Por outro lado, foram pontuais e tímidas as medidas de ressarcimento dos que haviam sido vítimas da repressão: morreu à nascença um primeiro projecto de criação de um museu e foi fugaz o trabalho de recolha documental empreendido pela chamada Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista⁶. Tanto da parte do poder político democrático, como da opinião pública, não se assumiu nem a dimensão patológica — do ponto de vista social, político, cultural — dessa longa autocracia e das suas consequências, nem se valorizou a excepcionalidade (humana e política) da acção das minorias que contra ela se elevaram. Daqui se ter continuado a manter, como mais comum, a tradicional designação de «Oposição» em lugar de «Resistência».

Todavia, logo no início da democracia recuperada proliferaram, normalmente sem grande rigor — porque emotivos, propagandísticos

e/ou hagiográficos — materiais em livro ou de outro tipo sobre a polícia política, sobre alguns antifascistas e sobre as facetas do regime deposto. Com o passar do tempo, além de peças jornalísticas — na imprensa escrita e audiovisual, regra geral a pretexto da comemoração de mais um aniversário do 25 de Abril —, começaram a surgir obras mais consistentes de carácter autobiográfico e depoimentos recolhidos, assim como biografias e outros trabalhos abordando instituições, organizações, factos e acontecimentos relativos a esse longo período da história portuguesa do século xx. Mais recentemente, sobretudo a partir do momento em que os arquivos da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa (LP) passaram a estar acessíveis, e se constituíram, organizaram e disponibilizaram mais acervos documentais (no Centro 25 de Abril da Universidade de Coimbra, na Fundação Mário Soares, no Arquivo de José Pacheco Pereira), multiplicaram-se, em quantidade e em qualidade, as investigações e publicações de carácter académico sobre o tema — muitas produzidas por uma nova geração de historiadores e de outros cientistas sociais.

Delineado a traços grossos este quadro, sistematizemos então as questões de método afloradas e pertinentes, no sentido de explicar a natureza, o alcance, os objectivos e os limites desta recolha de materiais. Enunciemo-las assim: distanciamento; documentos e arquivos; actores e testemunhos; a «verdade» histórica ou a cientificidade da história.

Utilizo aqui a palavra «distanciamento» do ponto de vista cronológico — mais adiante falarei do distanciamento dos actores face aos acontecimentos. Como quem admira uma pintura exposta, é evidente que a distância favorece uma visão de conjunto, mas no que aos fenómenos sociais e históricos concerne, a passagem do tempo pode ajudar a uma reconstrução, a uma leitura, a uma síntese da complexidade, o que não significa uma repetição ou exacta reconstituição do que se tornou já passado. Por isso, o tempo decorrido entre o facto ou acontecimento e a sua análise histórica pode ajudar à frieza analítica, àquilo

que normalmente se designa por objectividade, mas não forçosamente a que se atinja uma «verdade» inquestionável. Como dizia Lucien Febvre, os homens do «ano 2000» veriam a guerra, a resistência, a ocupação com os olhos de homens que viviam no mundo e na sociedade 50 anos volvidos. Donde a importância e a necessidade de quem quer fazer história recorrer não só a fontes documentais, mas também, se estamos a falar do «tempo presente», aos testemunhos — orais ou escritos — dos actores, a cuja importância Febvre se referia mais precisamente na passagem citada.

Quando se fala de fontes documentais está-se a falar de uma imensidade de coisas diferentes. Para não nos perdermos nessa imensidade, circunscrevamo-nos àquelas relacionadas com o que aqui nos interessa. No essencial, para podermos estudar a Oposição à ditadura e ao Estado Novo, temos à disposição arquivos político-administrativos (como os acervos da Presidência do Conselho, de ministérios e de diversos outros organismos), assim como os da polícia política (e de outras polícias), da Legião Portuguesa, de organizações como a Mocidade Portuguesa, e os dos tribunais que, num regime autoritário/totalitário, não constituem instituições soberanas e separadas.

Deste enunciado não exaustivo são particularmente importantes, e constituem fontes privilegiadas para os investigadores, os arquivos da PIDE/DGS, a consulta dos quais levanta problemas e pode ter armadilhas que seria longo aqui analisar. Tentando resumir: é fundamental partir de alguns pressupostos quando se utilizam materiais de produção policial, *a fortiori* num regime como o do Estado Novo, e em particular quando se trata, por exemplo, de relatórios de informadores, de autos de interrogatórios ou de processos individuais enviados (ou não) aos tribunais. No que se refere aos primeiros, e como se verifica facilmente ao consultar alguns espécimes, normalmente reflecte-se neles a preocupação em empolar os factos para acentuar a suposta importância do relatado e justificar a função (e a remuneração, quando era caso disso), predomina a imaginação e é escassa ou nula a credibilidade.

Quanto aos autos enviados, ou não, para os tribunais, importa lembrar que no sistema repressivo policial existente entre nós, a própria PIDE/DGS desempenhava o papel de magistrado instrutor, pelo que o objectivo era o de construir a versão conveniente à inculpação a partir de declarações extorquidas ao detido, de declarações de outros ou do que à polícia convinha acrescentar. Por isso, todo este tipo de materiais, desde a sua cronologia/datação até ao conteúdo, tem de passar por um crivo crítico e analítico difícil para um investigador criar, sobretudo quanto mais distanciado está das circunstâncias da época e da especificidade dos métodos e práticas policiais. Chegamos aqui ao papel dos actores e dos testemunhos que abordarei mais adiante.

Numa situação de clandestinidade e de ilegalidade, a preocupação predominante é a de reduzir tudo quanto seja susceptível de ser utilizado pelas forças repressivas e lhes possa fornecer informações sobre as actividades desenvolvidas. Não obstante, para partidos/organizações/movimentos que possuem ou possuíam uma organização sólida, uma implantação vasta (mesmo se relativa) e uma história já longa — caso do PCP — era difícil não acabarem por acumular, de uma forma ou de outra, materiais documentais. Muito particularmente se contavam com locais seguros, em geral no estrangeiro⁷, e se a sua existência se prolongou em democracia. Porém, na maior parte dos casos, materiais idênticos perderam-se ou encontram-se dispersos em acervos privados que, eventualmente, poderão ter o tratamento adequado em instituições para isso vocacionadas. Aqueles reunidos neste livro são uma ilustração do que acabo de referir.

Escusado será dizer que quer o leitor, e muito particularmente o investigador, deverão decifrar, ler, interpretar essa diversidade de documentos situando-a no contexto específico a que se reporta e tendo em conta a sua natureza, o seu discurso, a sua linguagem particular. Com efeito, uma das características de um regime autoritário/totalitário é o da criação de uma linguagem que lhe é própria⁸, aquilo que Orwell designava por «novilíngua» no seu 1984. O que também acon-

tece com as instituições — policiais e judiciais, por exemplo — e com as diversas organizações/correntes ideológicas. Concretamente, o salazarismo e o Estado Novo, em especial na sua fase heróica, além de liturgias, encenações, códigos e símbolos, deram origem a um discurso administrativo e político próprio. Mas, de modo semelhante, todas as diferenças consideradas, o mesmo aconteceu com o antifascismo e as forças políticas, *a fortiori* se mais fechadas e estruturadas, indutoras tendencialmente de uma retórica estereotipada e adaptada a situações e objectivos diferenciados. Em termos simples e concretos, um comunicado do PCP distinguia-se, claramente, de outro da Oposição «republicana», ou socialista, ou de uma organização como a LUAR.

Regra geral, as fontes documentais que nos poderão permitir estudar com alguma solidez a actividade multifacetada de partidos/organizações/movimentos agindo na clandestinidade são escassas ou dispersas por acervos pessoais, ou marcadas pelo seu carácter policial-oficial-institucional. Pelo que se levanta a questão do papel que cabe, ou deverá caber, aos actores e aos seus testemunhos. Poderá o historiador privilegiar uns em detrimento dos outros, quando falamos da história do tempo presente?

Para não citar especificamente trabalhos entretanto publicados, o que poderia dar azo a incompreensões sobre os comentários que fizesse, recorrerei ao exemplo que já referi do resistente tornado historiador Daniel Cordier e da monumental investigação por ele feita sobre a acção e o percurso de Jean Moulin. A sua principal base de contestação a acusações/afirmações de Henri Frenay são os documentos de que dispõe no seu arquivo privado⁹, ou a que teve acesso noutros lados. Deste modo, argumentando com contradições, omissões ou outras falhas, desmonta as teses defendidas por Frenay em depoimentos ou nos seus livros de memórias¹⁰. Mas será que este recurso às fontes documentais permite sempre clarificar o que é obscuro em acontecimentos ocorridos em circunstâncias como as consideradas? Obviamente que não. Fazer a história das diversas épocas, e inclusive do tempo

presente, *a fortiori* quando razões de segurança e de clandestinidade obrigavam a ocultar e não a revelar, não é tão simples como transcrever uma crónica virtual que mãos diligentes teriam escrito ou um registo, áudio e até visual, dos mais pequenos instantes, feito por alguém a pensar no futuro. E, mesmo assim, falhas haveria e surgiriam sempre dúvidas quando fosse necessário interpretar e analisar esse trabalho de cronista ou de copista.

Claro que os factos filtrados pela memória e pela subjectividade dos que neles participaram podem, inevitavelmente, sofrer deturpações. Com o passar do tempo, os pormenores começam a esbater-se, tornam-se inevitáveis as imprecisões, as confusões. Acresce que, não possuindo as técnicas, os métodos do historiador — que por si só não garantem linearmente nem a «verdade» nem a «objectividade» —, quem testemunha, quem evoca, muito humanamente tenderá a fazê-lo *pro domo* ou, pelo menos, a proceder a uma reconstrução pessoal, consciente ou inconscientemente, do que viveu.

Se estivermos a tratar, por outro lado, de um processo policial, e mais concretamente de uma polícia como a PIDE/DGS (*idem* para a Gestapo, a Stasi, e similares), será que nos poderemos ater ao que está plasmado no papel, ignorando as circunstâncias específicas e os métodos de produção desses documentos que só os que foram vítimas de interrogatórios podem testemunhar? Poderemos dispensar o co-tejamento com outras fontes capazes de contribuir para a elucidação factual?

Com frequência não é possível fundamentar documentalmente certos episódios. Ainda hoje, ao fim de mais de 60 anos de investigações, se continua a não conseguir explicar, sem margem para dúvidas, a dramática detenção de Jean Moulin, em Junho de 1943, nem provar, de forma indiscutível, a traição comumente atribuída a René Hardy¹¹. E são inúmeros os documentos existentes nos arquivos da Gestapo e de outros serviços nazis, além dos milhares de páginas e dos livros já escritos sobre o assunto. Mas vejamos um exemplo mais comezinho,

simples e nosso: alguém poderá demonstrar documentalmente quem tem razão quanto aos conflitos surgidos no início da LUAR, após a acção do Banco de Portugal, entre — digamos para facilitar — o grupo do Dr. Emídio Guerreiro e o encabeçado por Palma Inácio? Como é fácil de perceber, não há actas de reuniões (raras ou inexistentes nestas circunstâncias), gravações ou transcrições de conversas¹². Deste modo, resta-nos recorrer às biografias ou autobiografias de alguns dos protagonistas, aos relatos, entrevistas e declarações à imprensa, ou até a um processo que chegou a tribunal movido por um dos envolvidos contra outro¹³. Ou seja, enquanto historiador só posso analisar e confrontar as versões dos que sobre esse assunto se pronunciaram sem tomar partido, não obstante, enquanto indivíduo que conheceu ou conhece vários dos intervenientes, poder ter uma opinião e tecer um juízo pessoal que poderei exprimir não num livro como este, mas em memórias que venha eventualmente a fazer.

O que acabo de escrever permite-me, e antes de mais, alertar para um aspecto importante relacionado com esta recolha: na sua elaboração, e sobretudo nos textos de introdução e de enquadramento, procurei posicionar-me enquanto sociólogo e historiador. Mas é impossível libertar-me do facto de, sobretudo quanto a alguns eventos, ter sido também ou testemunha ou actor.

Refira-se agora a importância da imprensa e da abordagem jornalística, ou por jornalistas, enquanto fonte documental. Em primeiro lugar, importa ter presente os diversos condicionalismos da época, como a existência de censura prévia. Mas também não podemos alhear-nos do que era a orientação da publicação em questão (oposicionista, tanto quanto era possível, como o *República*? Ou porta-voz do regime como o *Diário da Manhã*?) e até do próprio jornalista — supondo que identificável. Isto é, mesmo o aparentemente factual era susceptível de leituras deturpadoras.

Veja-se, a título de ilustração, o trabalho de Valdemar Cruz sobre o atentado contra Salazar em 1937: não houve praticamente periódico

que não se fizesse eco da propaganda do regime, enaltecendo o ditador que saiu ainda mais prestigiado, qual miraculado, e difundindo a versão da então Polícia de Vigilância do Estado (PVDE, ainda em disputa com outras polícias ou departamentos no sentido de se afirmar). Esta começou por prender e incriminar inocentes brutalmente levados a confessar a autoria do acto e, por isso, diabolizados em múltiplas primeiras páginas sem que nunca a verdade fosse depois reposta⁴.

Temos também os artigos, entrevistas, documentários televisivos, por vezes mesmo livros que, após o 25 de Abril, se fizeram e continuam a fazer sobre ações, protagonistas, episódios. E se há peças exemplares pelo seu rigor e pela sua seriedade, noutras o enfoque e as técnicas adoptadas na recolha dos depoimentos — quando é caso disso — privilegiam o que é mais espectacular e interessante para o «grande público», efabulam e especulam, ou procedem a sínteses necessárias dadas as limitações de espaço ou de tempo (na rádio e na televisão). O que origina — diria inevitavelmente, pois regra geral não se trata de má-fé — distorções, omissões, deturpações, simplificações.

Chegamos, pois, à questão final, que é a da «cientificidade», ou «verdade» histórica. Com efeito, houve — e decerto ainda haverá — quem considerasse o marxismo-leninismo, ou um outro «ismo» igualmente dogmático, não só uma ciência da história como uma via para atingir a «verdade» histórica⁵. Ora, no que me concerne, o trabalhar sobre a história do tempo presente e, por consequência, sobre matérias de que fui contemporâneo, tem contribuído para reforçar uma atitude de maior humildade quando procuro compreender e analisar, por exemplo, temas do século XIX ou mesmo do século XX, como a I República. Isto porque não há uma «ciência» da história e muito menos uma «verdade» histórica. Claro que há métodos e algumas técnicas que podem ter um carácter científico — por exemplo, em arqueologia —, mas nenhuma teoria ou metodologia consegue reconstruir o que aconteceu e se tornou passado. Toda a história é feita de aproximações, de leituras, de interpretações da imensa complexidade da realidade

dos seres humanos e das sociedades. Pretender atingir a «verdade» em história, mais do que uma impossibilidade, é uma petulância só possível recorrendo ao dogma: marxista, cientista ou de qualquer outro tipo. Donde, além da humildade, ser também fundamental ao historiador a modéstia.

Recapitulando, interessará responder a interrogações deixadas em suspenso. Nomeadamente sobre o lugar a atribuir aos documentos e aos testemunhos dos actores. São fundamentais tanto uns como os outros, se os soubermos trabalhar com o rigor e a distanciação crítica possíveis, cotejando, confrontando, inserindo-os no seu devido contexto e nas suas circunstâncias, não ficando pela superfície das coisas e pela espuma do senso comum. Nem todos os documentos têm idêntica natureza, nem são incontroversos e indiscutíveis mesmo que, por vezes, sejam oriundos de instituições ou de abordagens aparentemente neutras e supostamente acima de todas as intenções manipuladoras da realidade. Quanto aos testemunhos dos actores, recolhidos directamente ou através de autobiografias, memórias ou fontes semelhantes, são sempre úteis ou até indispensáveis, apesar de devermos ter em conta o que atrás se disse sobre as armadilhas da memória ou da subjectividade.

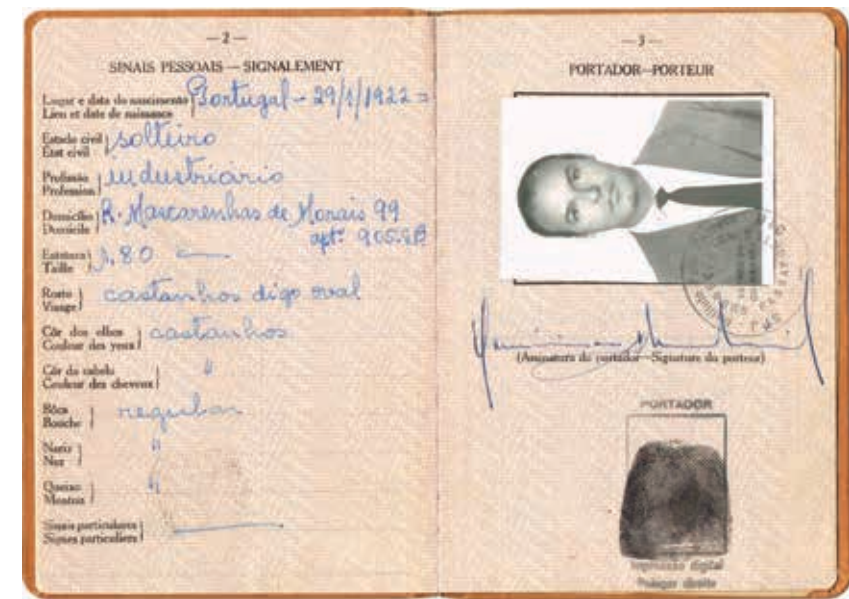
Para esta tarefa difícil de fazer a nossa história recente, afinal a do tempo que vivemos, contribuirá decerto esta série de livros que integram a Colecção Ephemera e, esperemos, este volume onde se reunirão documentos acompanhados pelos comentários, análises e reflexões que julgo serem úteis ou oportunas.

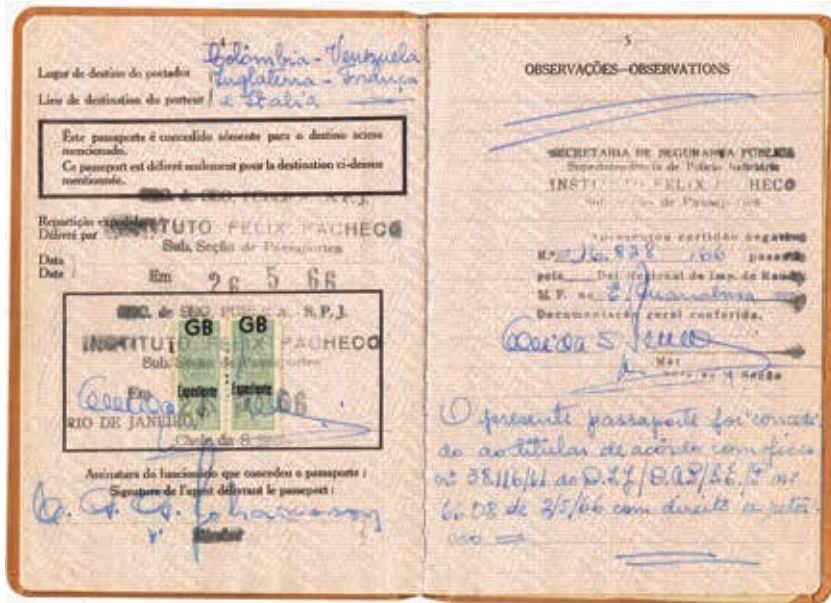
a resistência
armada
à ditadura

1\ Palma Inácio e a aviação

Potenciando a formação obtida na Força Aérea, Palma Inácio nunca abandonou a sua paixão pela aviação. No Brasil conseguiu aplicar os conhecimentos nesse domínio, criar uma situação estável do ponto de vista legal, e ainda fundar uma empresa que se tornou próspera e que vendeu para voltar à luta em Portugal. O dinheiro assim obtido foi aplicado na realização da Operação Mondego e nos primeiros tempos da organização. Aliás, outros contribuíram com os meios (escassos) de que dispunham.

Apresentamos aqui documentos relativos à sua estada no Brasil e que lhe permitiam pilotar, a que se juntam alguns utilizados mais tarde em França.







2\impacto internacional da acção de Palma Inácio e da LUAR

VRIJ NEDERLAND

VRY NEDERLAND (HOLANDA LIBRE) 5-11/74

'We willen slechts een vonk zijn, het grote vuur wordt gevormd door het hele volk'

De vermoedelijke dood van Portugals belangrijkste verzetsman

Sinds 22 november zijn in Portugal naar schatting 200 mensen gearresteerd, onder wie een aantal leden van de verzetsbeweging LUAR, Liga de Unioa e de Acção Revolucionária, en tevens de leider Da Palma. Hieronder een gesprek met een in West-Europa wonend lid van LUAR. Hij is bij de Portugese geheime dienst niet als zodanig bekend. Zijn naam moet om veiligheidsredenen onvermeld blijven, want hij komt nog regelmatig illegaal in Portugal. Hij kent Da Palma van nabij en heeft hem het laatst gesproken een paar dagen voor diens arrestatie.

Marja Kroef

'Op 22 november j.l. zaten vier leden van onze verzetsbeweging in een café in Lissabon te vergaderen. Ze maakten plannen voor een overval op de gevangenis van Caxias om gevangenen genomen LUAR-leden te bevrijden, en niet, zoals de Volkskrant op 28 november meldde, voor een bankroof. Plotseling kwamen Portugese veiligheids-

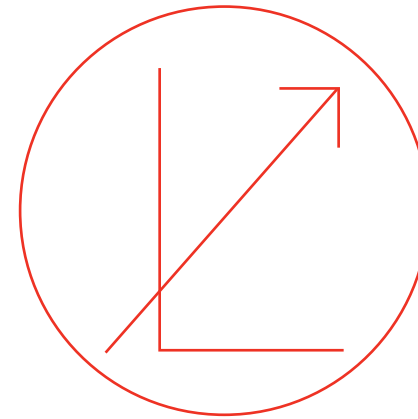
een kommunistisch land wapens gekocht. In augustus 1968 werd een overval op het stadje Covilha voorbereid. B.: 'De textiel-arbeiders in Covilha waren in staking, hoewel dat wettelijk verboden is in Portugal. Dat leek ons een goede gelegenheid om de bevolking verder te mobiliseren en tegelijkertijd wapens buit te maken voor onze groep. Maar vóór de geplande dag werd iemand van LUAR gearresteerd; hij werd gemarteld en sloeg door. Vier anderen werden gearresteerd, onder wie Da Palma en Daniel Texeira; deze laatste stierf in de gevangenis, volgens de DGS

Ook na 1968 wist Da Palma nog diverse malen illegaal Portugal in te komen. De laatste geruchtmakende actie van LUAR was, in 1969, het doorsnijden van een aantal hoogspanningskabels in Porto Alito, waardoor drie fabrieken die wapens voor de koloniale oorlogen produceren, werden stilgelegd. De laatste paar jaar heeft LUAR geen grote acties ondernomen. B.:

'We wilden de acties van de verzetsbeweging ARA niet doorkruisen. We hebben een goede verstandhouding met ARA; ze hebben ons wel eens om advies gevraagd.' 'Onder de regering-Salazar hadden we diverse informanten onder de ambtenaren op de ministeries. Maar sinds Caetano aan de macht is gekomen zijn veel van hen cruitgegooid, zodat het op het ogenblik moeilijk voor ons is om informatie van hogerhand te krijgen.'

Over de doelstellingen van LUAR zegt B.: 'We willen niet zelf aan de macht komen, we zijn geen politieke partij met een partij-programma. In ons streven naar democratie proberen we de bevolking te mobiliseren; we willen slechts een vonk zijn, het grote vuur wordt gevormd door het hele Portugese volk.'

Sinds 1969 heeft de DGS alle mogelijke moeite gedaan om Da Palma te vinden.



E P H E M E R A | 5

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LUTA

*foi composto em caracteres
Filosofia e Quicksand e impresso
na Rainho&Neves, em papel
Munken Lynx de 100 gramas
em Setembro de 2016.*

